



**ACÓRDÃO Nº 608/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11944/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Advogado:** Não Possui.
- 4- **Órgão:** Imprensa Oficial do Estado do Amazonas – IPEAM.
- 5- **Exercício:** 2015.
- 6- **Responsável:** Maria Lenise Mafra Negreiros, Diretora-Presidente da IPEAM.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2982/2017-MP-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls.563/568).
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Imprensa Oficial do Estado do Amazonas – IPEAM. Exercício de 2015.

*Regularidade com Ressalvas. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em **divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas da **Sra. Maria Lenise Mafra Negreiros**, Diretora-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas e Ordenadora de Despesas, referente ao exercício 2015, nos termos do inciso II do art. 1º e inciso II do art. 22, dando quitação e condicionando-os ao atendimento do art. 24, c/c o inciso II do art. 72, todos da Lei nº 2.423/96;
- 10.2. **Determinar** à Controladoria Geral do Estado – CGE que cumpra seu dever constitucional de controle interno, nos termos do art. 74 da CF/88, perante os órgãos do Estado do Amazonas, sob pena de aplicação de multa prevista no inciso VI do art. 308 do RI-TCE/AM (multa por grave infração à norma legal);
- 10.3. **Determinar** à Imprensa Oficial do Estado do Amazonas – IPEAM, nos termos do §2º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM, que:



**ACÓRDÃO Nº 608/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 10.3.1.** faça concurso público para procurador jurídico, a fim de cumprir a lei de Licitação e cobrar os créditos de forma tempestiva, sob pena de responsabilidade solidária;
- 10.3.2.** utilize a Procuradoria do Estado nas atividades da autarquia, como exemplo: análise das licitações e cobrança de dívidas, sob pena de responsabilidade solidária, enquanto não possuir assessoria jurídica em seu quadro;
- 10.3.3.** adote providências para evidenciar no sistema AFI (administração financeira integrada) o valor global dos créditos a receber e a o valor relacionado a baixa do que já foi prescrito, bem como faça a correta contabilização nos demonstrativos contábeis;
- 10.3.4.** cumpra todos os procedimentos licitatórios de forma a proporcionar competitividade entre os participantes do processo, atendendo as determinações da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93 e suas alterações, sob pena de aplicação do art. 54, VII da Lei nº 2. 423/1996;
- 10.3.5.** informe ao Setor SAP, desta Egrégia Corte de Contas de Contas, as Concessões de Aposentadorias ou Pensões de Servidores da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas – IPEAM, encaminhadas a AMAZONPOREV, cumprindo o que determina o artigo 264 e 267, da Resolução nº 04/2002-R/TCE.
- 10.3.6.** zele pelo adequado preenchimento das informações no sistema E-Contas, nos termos da Resolução 13/2015-TCE/AM;
- 10.3.7.** evite o fracionamento de despesa com a utilização de dispensa de licitação indevidamente fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, uma vez que o montante das despesas previstas e contínuas realizadas no decorrer do exercício, a exemplo das aquisições de material de expediente, de consumo e de gêneros alimentícios, extrapola o limite de dispensa de licitação;
- 10.3.8.** elabore pareceres técnicos e/ou jurídicos do IPEAM nas licitações, dispensas e inexigibilidades, conforme art. 38, VI, da Lei nº 8.666/93;



**ACÓRDÃO Nº 608/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.3.9.** cumpra o §5º do art. 23 da Lei 8.666/93, no sentido de não praticar fracionamento;

**10.3.10.** observe na contabilidade o quesito da compreensibilidade que, segundo a NBC T 16.5 do Conselho Federal de Contabilidade, as informações apresentadas nas demonstrações contábeis devem ser entendidas pelos usuários (tópico 4, “b”), bem como da uniformidade, previsto na mesma norma contábil, no sentido de que os registros contábeis e as informações devem observar critérios padronizados e contínuos de identificação, classificação, mensuração, avaliação e evidenciação, de modo que fiquem compatíveis, mesmo que geradas por diferentes entidades (tópico 3.2 da Parte V do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público; art. 19 da Resolução TCE/AM nº 15/2013);

**10.3.11.** apresente, no Balanço Financeiro, os ingressos/dispêndios vinculados apartados dos ingressos/dispêndios próprios, conforme disciplina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (tópico 3.2 da Parte V), c/c o art. 19 da Resolução TCE/AM nº 15/2013;

**10.3.12.** passe a incorporar na contabilidade o registro dos atos potenciais ativos e passivos na estrutura do Balanço Patrimonial – 2014, conforme exige o tópico 4.1 da Parte V do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, cumprindo os requisitos da Integridade dos registros contábeis (os registros contábeis e as informações apresentadas devem reconhecer os fenômenos patrimoniais em sua totalidade, não podendo ser omitidas quaisquer partes do fato gerador) e da Visibilidade (os registros e as informações contábeis devem ser disponibilizados para a sociedade e expressar, com transparência, o resultado da gestão e a situação patrimonial da entidade do setor público) previstos, respectivamente, no tópico 4, itens “f” e “m”, da NBC T 16.5 do Conselho Federal de Contabilidade;

**10.3.13.** adote Notas Explicativas na divulgação de seus balanços públicos, pois são fundamentais para complementar as informações descritas nos demonstrativos contábeis, além de permitir a comparação dos dados entre entidades públicas, tais como questões relacionadas à reavaliação de



**ACÓRDÃO Nº 608/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

ativos e ao cálculo de quotas de depreciação/amortização de bens tangíveis e intangíveis (tópico 8 da Parte V do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público);

**10.3.14.** cumpra os quesitos da comparabilidade, compreensibilidade e confiabilidade da informação contábil no setor público previstas no tópico 4 da NBC T 16.5 do Conselho Federal de Contabilidade;

**10.3.15.** observe, por último, que a reincidência, nas próximas prestações de contas, das determinações ora veiculadas, sustentará o julgamento das Contas pela Irregularidade, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

**11- Ata:** 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 8 de Junho de 2017.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13.1- Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**ALIPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral